

A Espanha aqui tão perto

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto

Que consequências terá o 11 de Março para o ensino superior espanhol? Será que o financiamento das universidades vai crescer 50% até ao fim deste decénio com reforço semelhante da investigação? É esta a promessa eleitoral que o novo governo de José Rodrigues Zapatero parece estar a assumir.

Ao fim de um longo jejum, o PSOE regressou ao poder e, com ele, uma nova direcção política da Educação, do Ensino Superior e da Investigação. A nova Ministra da Educação e Ciência, María Jesús San Segundo Gómez de Cadiñanos é doutorada em Economia pela Universidade de Princeton com uma tese sobre o sistema de ensino superior dos Estados Unidos e é professora da Universidade Carlos III em Madrid onde foi vice-reitora para a convergência no sistema universitário europeu. Tem muitos trabalhos sobre a organização e a economia do ensino superior, tendo, em particular, colaborado com Josep Bricall na elaboração do famoso relatório *Universidad 2000* que foi encomendado pelo Conselho de Reitores espanhol e que é reconhecido como dos melhores estudos do ensino superior europeu elaborados nos últimos anos. O novo Secretário de Estado de Universidades e Investigação é Salvador Ordoñez Delgado, Catedrático de Petrologia y Geoquímica e Reitor da Universidade de Alicante. Que poderemos esperar?

De acordo com os últimos números publicados, a Espanha tem já 66% dos seus jovens com 12 anos de educação formal e perto de 50% ingressam no ensino superior. Entre nós, o abandono escolar até ao fim do secundário é ainda superior a 50% e a taxa de entrada no ensino superior é bastante inferior à espanhola. Note-se que o nosso governo anunciou recentemente o objectivo de reduzir o abandono escolar abaixo dos 30% até ao fim da década, um objectivo difícil de atingir mas ainda assim muito aquém da meta europeia dos 10%.

A despesa pública portuguesa com a educação (em percentagem do PIB) é superior à espanhola e à média europeia. Contudo este desequilíbrio é provocado pelo secundário. No ensino superior, o custo por aluno é, entre nós 29% do PIB per capita, mais baixo do que na Espanha (33%) ou a média europeia (36%). A União Europeia reconhece a necessidade de ser feito um grande esforço nos próximos anos para não deixar aprofundar o fosso que já nos separa dos Estados Unidos. A Espanha parece ter encontrado a vontade política para perseguir este objectivo. Em Portugal temos infelizmente objectivos diferentes: Aumentar ainda a população estudantil mas diminuir a despesa pública com o ensino superior!

Ao aumentar o financiamento das universidades, a Espanha dará especial atenção ao apoio aos estudantes. A proposta é aproximar a percentagem de estudantes espanhóis com bolsa dos 16% actuais para a média europeia de 40%, aumentando o número de estudantes apoiados e o valor de cada bolsa. Para os estudantes dos últimos anos dos cursos universitários, propõe-se a introdução de um sistema de empréstimos a devolver pelo beneficiário quando atinja um salário acima da média. Esta é uma proposta muito curiosa. O relatório Bricall afluara esta possibilidade. A ministra Pilar del Castillo do governo popular anterior fez uma reforma legal muitíssimo contestada na altura (e ainda agora, propondo-se o novo governo a sua reavaliação) mas não teve coragem de falar em alteração do sistema de financiamento. Parece ter sido necessário o regresso dos socialistas para retomar a ideia dos empréstimos e haver a coragem de o propor no seu programa eleitoral.

Em Espanha, a modernização do ensino superior foi o resultado da Lei de Reforma Universitária de 1983 que conseguiu fixar muitos docentes nas suas escolas (com resultados comparáveis à nossa dedicação exclusiva cujos méritos históricos são hoje muito esquecidos) e dotou o sistema de uma estrutura que se mantém até hoje. Tal como entre nós, o conceito de autonomia tem honra de preceito constitucional e enferma de mal entendidos semelhantes. A

eleição do Reitor por um colégio representando as corporações internas com grande peso dos catedráticos foi substituída na Lei de Ordenação Universitária de 2001 pelo sufrágio universal pesado por corpos que teve efeitos surpreendentes muito negativos por reforçar a politização da vida universitária. Ao contrário de Portugal, um órgão externo, o Conselho Económico e Social tem grandes poderes na gestão estratégica e no governo da Universidade. A produção científica e o impacto dessa produção aumentaram enormemente nos últimos decénios, o que é largamente consequência do sistema de (pequenos) incentivos salariais oferecidos aos docentes/investigadores depois de uma avaliação individual voluntária do desempenho científico do hexénio.

Nem tudo é um mar de rosas e a imagem do ensino “exportado” (especialmente para a América Latina e para Portugal) é mesmo bastante negativa, ao ponto de haver algumas dificuldades de reconhecimento no Brasil. Nas licenciaturas, a maioria dos cursos têm um número de alunos incomparavelmente superior ao dos nossos o que cria problemas de massificação difíceis de ultrapassar. A expectativa é que a quebra demográfica actual permita corrigir estes problemas por diminuir a população estudantil sem ameaça de quebra de financiamento. Os *masters* não são graus nacionais reconhecidos nem controlados pelo estado mas são frequentemente excelentes cursos de formação contínua para activos. Infelizmente são muitas vezes apresentados no exterior como se de autênticos graus oficiais se tratasse. Os doutoramentos são algo desiguais mas são na maioria dos casos de muito boa qualidade. Contudo a regulamentação nacional é um pouco ambígua, o que permite a “exportação” de produtos algo suspeitos. A competição na carreira docente é muito superior à nossa, havendo provas de habilitação nacional com júris sorteados como pré-requisito para concorrer ao lugar de Associado e de Catedrático. (O sistema vai ser revisto pelo novo governo PSOE mas manterá as suas características gerais que vinham já da Lei de 1983.) No governo das instituições reconhece-se desde Bricall um atraso em relação à modernização que muitos países europeus vão introduzindo: A Holanda, a Dinamarca, a Áustria só para termos exemplos diversos e distantes da tradição anglo-americana.

O aumento rápido do número de diplomados trouxe desequilíbrios no mercado de emprego do tipo dos que afloram agora entre nós. A pujança actual da economia espanhola faz-se à custa de um desemprego elevado: é ainda superior aos 10% e manteve-se durante muitos anos à volta dos 20%. Contudo foi sempre possível manter um apoio social que parece ter conseguido manter as desigualdades económicas abaixo das nossas apesar de o nosso desemprego se ter sempre mantido a níveis comparativamente muito baixos. Esta situação social foi e ainda é muito dura para os jovens e também para os jovens diplomados. O lado positivo é que parece ter dado à economia espanhola uma competitividade e uma agressividade que hoje reconhecemos faltar entre nós.

Em relação a Espanha, resta-nos esperar para ver até que ponto as boas intenções eleitorais se traduzem em políticas concretas. Para Portugal, podemos manter ainda altas as esperanças desencadeadas pelo processo de reflexão iniciado por Pedro Lynce e que Maria da Graça Carvalho se propõe concretizar. A Lei de Bases que será aprovada em plenário parlamentar por estes dias poderá ser um bom ponto de partida para a modernização dos métodos de aprendizagem e aqui poderá ser muito importante a participação interessada dos estudantes. Anunciam-se medidas para incentivar a mobilidade de estudantes e de professores. Propõem-se novos sistemas de financiamento da Ciência que, embora possam ser deficientes na sua formulação, traduzem preocupações muito importantes. Assim também haja alguma coragem para a modernização do governo das universidades e dos institutos politécnicos e poderemos reforçar um sistema de ensino superior que teve grandes progressos nos últimos 40 anos mas que ameaça anquilosar nesta sua meia idade.

Porto, 30.Abr.04